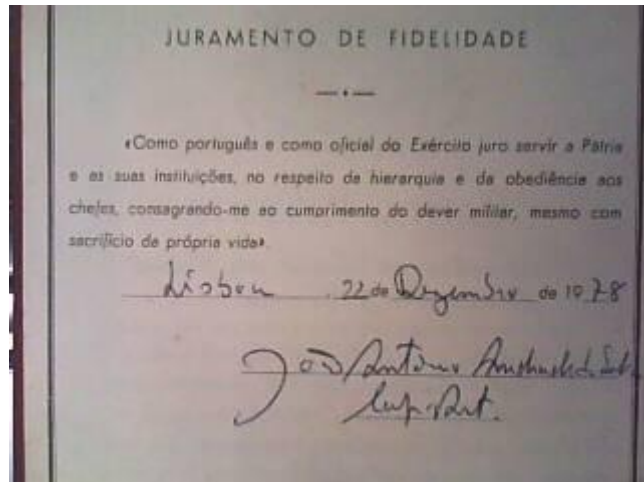


# O SOLDADO FALA DO QUE MAIS SENTE, A PÁTRIA E O SEU POVO

João Andrade da Silva

RECORDATÓRIA: a todos os meus camaradas de todos os Ramos e em todas as situações e ao POVO português, aqui, deixo o coração e a alma de soldado, que desde 2008 grita, da solidão da independência conceitual e do Amor a Portugal, contra este atoleiro Nacional e Europeu.



**“ Um soldado chora pela humilhação da Grécia, e nós choramos com ele. Nós somos Grécia”.**

O soldado jura publicamente defender a sua Pátria e o seu povo, até com o sacrifício da própria vida. Os oficiais e sargentos do quadro permanente assinam um juramento de fidelidade nesses termos, reconhecido pelos chefes do estado Maior dos respectivos quartéis-generais.

Assinei o meu juramento de fidelidade em 1978, como capitão, no dia 22 de Dezembro, e este juramento acompanha-me, como a foto documenta.

Pergunto em que outra profissão existe este compromisso de honra, por escrito?

Em nenhuma profissão civil tal juramento é exigido, do que resulta uma obrigação moral, cívica e jurídica para os militares muito específica de acompanharem, em todos os momentos, o que acontece no seu país e nas suas instituições que também juraram defender. Facto que deveria ser suficiente, para algumas pessoas doutoradas que se julgam, como os únicos capazes de analisarem a situação do país, não depreciarem com cognomes, como o de inefáveis capitães de Abril, a alguns dos que têm, como eles, antena aberta para irem repetindo, num discurso já cansado, as soluções do passado para o Futuro, quando TODOS sabem que isso já não pode ser assim. Sabem e dizem os liberais, e tem de saber a esquerda.

Todos sabem que esta é a realidade, mas não querem pôr a questão com a

evidência que se impõe, porque perderiam o poder.

Hoje, o liberalismo sabe que o modelo da “minimização dos custos e a maximização dos lucros”, numa sociedade de idosos, sem nascimento adequado de jovens, está duplamente ameaçado: os idosos são um pesada despesa económica com o preço das reformas e os custos de saúde etc., e, ainda, afectam a economia, porque vivendo mais anos têm de trabalhar mais tempo, sem as competências necessárias e suficientes a uma alta produtividade, circunstâncias estas, que entre outros, associadas à globalização torna irrealizável o modelo liberal.

A globalização leva que o velho continente europeu a competir com alguns países emergentes com populações muito mais jovens; com muito menor esperança de vida, alguns, com uma esperança de vida entre os 40 e os 50 anos de idade; com níveis de desenvolvimento humano muito inferiores aos nossos; com salários de semi-escravos e ritmos de trabalho forçados, se torne insolvente, ou, dito de outro modo, com os países emergentes fora do cumprimento das normas da organização internacional do Trabalho, do comércio livre e dos Direitos humanos, a receita liberal, na Europa, sem a escravização de uma parte significativa da população e o desaparecimento dos idosos não tem viabilidade.

A sua execução exige uma declaração de guerra letal, nomeadamente contra as populações envelhecidas e o trabalho com direitos etc.

Não há outra solução, e, os liberais sabem isto, logo vão fazendo experiências a ver se adiam a hecatombe, e, sobretudo, para ganharem algum tempo para estudarem onde se colocam e aos seus capitais, e, ou materiais preciosos, de modo a viverem com esplendor e poder.

Esta realidade da vida em segurança do onde e como, já começa a preocupar os 1% mais poderosos, por começar a parecer-lhes que os off-shores podem já não ser, por várias razões, a solução, uma delas, porque estão a ficar sobre forte escrutínio das populações, facto que lhes pode retirar a tranquilidade e a liberdade total que têm tido, para empobrecerem os países, e, obviamente, que ao criarem um mundo de pobres, sem rendimentos para adquirirem o quer que seja, excederam-se, e agora, verificam que o dinheiro arrecado pode servir para tudo ( o quê?), mas não para investir na criação de empresas.

A ausência do consumo de massas, até alterarem o padrão da produção para os nichos de luxo criou-lhes um problema temporário.

A questão da falta de mercado de bens é de uma gravidade extrema, não para os empresários que deixaram de investir, para comprarem ouro - que no caso

Português, ninguém diz se está ou não a sair de Portugal; mas para muitos outros empresários que querem ter empresas e para a totalidade dos trabalhadores que ficam ameaçados pelo desemprego desprotegido.

Neste quadro também o que quer que seja uma redistribuição da riqueza – “a cada um segundo as suas necessidades” apresenta idênticas dificuldades ou impossibilidades para cumprir os seus objectivos, naturalmente, não havendo riqueza, nem aparelho produtivo só se podem distribuir pedras ou pó, e, também restaria saber se alguma vez esses modelos foram capazes de realizar os seus objectivos.

Todavia, em sociedades com este novo figurino demográfico, com um peso extraordinário dos idosos, só um elevado desenvolvimento, inovação, recursos financeiros elevados, e um volume de produção e produtividade significativos poderiam dar uma resposta positiva.

Contudo, tem de se perguntar se este modelo de sociedade será compatível com modelos de economia que não apelem, de um ou outro modo, ao empenhamento individual e colectivo?

Muito claramente, a evidência no terreno com o total apagamento da social-democracia parece querer dizer que a nível de Portugal, pela nossa situação interna e externa, estamos bloqueados, o que, em Portugal pode-nos conduzir a situações extremadas, onde, o apelo em 1º lugar à intervenção do Presidente da República se porá, e, se este for mal sucedido – uma forte probabilidade - às Forças Armadas. Mas porquê às Forças Armadas?

Uma vez mais, os doutores dirão que em Portugal, como nos países de Democracia matura, os militares têm é de estar nos quartéis a cumprirem as suas tarefas, e ponto final.

Mas, mais uma vez, esses doutores e porta-vozes de uma ficção de que no país a maioria dos portugueses está a compreender os sacrifícios, esquecem, ou, não fazem nenhum estudo de história comparada, para verificarem em que país ou países nos últimos cem anos as Forças Armadas foram tão decisivas e intervenientes, como em Portugal, ou, onde, a democracia esteve tanto tempo suspensa, como no salazarismo em Portugal, no franquismo em Espanha e no regime dos coronéis na Grécia?

Tudo isto prova que desde há muito, desde o fim da monarquia, a 1ª República com o rotativismo, os partidos políticos conduziram o país para situações de desastre ou de guerra civil que levou as Forças Armadas a intervirem: em 1926 para o estabelecimento de uma ditadura, depois em 25 de Abril para a derrubarem, porque nos conduziria para uma catástrofe. Estas

circunstâncias históricas dão todo o relevo ao papel das Forças Armadas, e evidencia a probabilidade da sua eventual – quase inevitável – intervenção numa situação de grave bloqueamento e severo confronto entre os que querem impor o modelo liberal – do tipo chinês, ou do Bangladesh, como refere Vítor Ângelo na revista *visão* de 9 Fev. 2012 – e os que nas ruas, por agora, ritualmente, protestam contra esse modelo.

A evidência do que se está a passar já não passa despercebido ao humor, superiormente inteligente, de Ricardo Araújo Pereira ( *Visão*, 9 Fev) que fala de podermos estar à beira do país se tornar numa caserna, comandada por um 1º Ministro que mais se pareça com um comandante do corpo de fuzileiros navais, acrescento mais de outras paragens do que dos de Portugal, facto que se deduz da história: os militares foram os que mais se revoltaram contra o fascismo salazarista.

Seja como for, pelos factores externos desta situação, o que de mais grave poderia acontecer a Portugal seria que, por uma melhoria de alguns índices económicos, como o controlo do défice das contas públicas, uma atitude mais complacente dos mercados, os portugueses pudessem validar esta governação de austeridade, empobrecimento, desemprego e perda de quase todos os direitos de quem trabalha e do respeito pela dignidade de uma faixa importante da população, os funcionários públicos, sujeitos a uma mobilidade geográfica absoluta, sem accionamento de adequadas protecções aos próprios e às suas famílias, que ao invés, parece que são deslocados com perda de vencimento. Esta concentração de comportamentos arbitrários, por parte do governo, no limite, querem forçar à aposentação.

Se as vítimas sancionarem a sua vitimação, desastre maior, às Forças Armadas também deve caber o papel de serem o Provedor do Povo, ou de claramente apoiarem quem exerça essa função, que por compromisso de honra é e deverá ser, o Sr. Presidente da República.

Se a desgraça de uma ditadura é uma catástrofe, outra não menor serão revoltas, explosão social, e, neste quadro limite, devem as Forças Armadas, evitarem a queda da democracia e a perda total da independência de Portugal.

Mas muito claramente o que o cidadão-militar na reforma antecipada que escreve este texto, não deseja nada, absolutamente nada, é que as Forças Armadas tenham de vir a ser árbitro.

Mais importante é que, como tenho defendido, em Portugal, tenhamos um Governo Nacional de Emergência, com os melhores portugueses em termos técnicos, morais, para governarem Portugal, segundo os eixos internos mais importantes ao nosso desenvolvimento e ao combate sério ao desemprego,

como seriam:

- Relançamento da agricultura numa perspectiva global: produção – transformação - distribuição. Neste país importa-se 30% do que se come e 75% dos cereais, embora o Alentejo esteja inculto, e os agrários recebem 800 milhões /euros ano. Para quê?
- Relançamento do turismo, nomeadamente lançando pontes em Macau para atrair os chineses ricos; e o turismo sénior e o medicinal, como desde há muitos anos o Dr. Bessa advoga;
- Criação de indústrias ligadas ao mar e portos marítimos, como Hernani Lopes falou e o Sr. Presidente da República tem falado, sem consequências

E muitas outras políticas nas áreas dos recursos naturais, investigação, inovação nas indústrias tradicionais, biotecnologia, cidades, tecnologias de informação, formação de adultos (como o programa novas oportunidades, agora suspenso) justiça. Matérias estas que, de um modo muito exaustivo, Clara Teixeira, aborda na revista Visão de 23 Junho de 2011.

Se ao invés, se mantiverem estas políticas brutais de austeridade, de meros contabilistas e agiotas, de paralisação de toda a economia, de desemprego massivo e de grave supressão dos direitos de trabalhadores e pensionistas, a paz social pode estar seriamente ameaçada, e, antes, que o pior aconteça, e há quem preveja um 2013 irrespirável, seria bom prevenir, e seria bom, muito bom, que o governo de merkozy no Eliseu terminasse.

A mudança de merkozy no Eliseu seria importante, para que algo mudasse na Europa, embora sem ser, ainda, a mudança de paradigma, que, por ora, não tem força, sequer para nascer, e, talvez mesmo, não nasça sem uma grande convulsão Europeia e mesmo Mundial... entretanto, corre o DECLÍNIO.

15 Fevereiro de 2012

Andrade da silva